

Sobre o fundamento do discurso verossímil na *Retórica* de Aristóteles

ABOUT THE BASE OF TRUTHFUL DISCOURSE IN ARISTOTLE'S RHETORIC

Ana Maria Yamin*

RESUMO

Estudaremos a noção de *eikós* (provável ou verossímil) na *Retórica* de Aristóteles. No começo desta obra o estagirita afirma que, (contrariamente ao que pensava Platão), o discurso retórico é de importância fundamental para estabelecer a justiça e a verdade na cidade. Mostraremos que, de acordo com o pensamento retórico de Aristóteles, esta noção é central, não somente para a compreensão desse pensamento, como também, justamente, para alcançar o propósito declarado pelo estagirita, de alcançar a verdade e a justiça no contexto da vida política.

PALAVRAS-CHAVE: *eikós*; *Retórica* de Aristóteles; Aristóteles; discurso retórico; justiça.

ABSTRACT

We will study the notion of *eikós* (probable or credible) in Aristotle's Rhetoric. At the beginning of this work the steggered says that, (contrary to Plato's thought), the rhetoric speech is fundamental to stablish the justice and the truth in the city. We will show that, according to the Aristotle's rhetoric thinking, this is a core notion, not only to the understanding of this thinking, as also, precisely, to archieve the stated purpose by the steggered, of reaching truth and justice in the context of political life.

KEYWORDS: *eikós*; Aristotle's Rhetoric; Aristotle; rhetoric speech; justice.

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

«O *eikós*, diz Aristóteles, é aquilo que acontece a maior parte das vezes, contudo não sem restrições (οὐχ ἀπλῶς), como alguns o definem, mas aquilo que trata das coisas que podem ser diferentes do que são, estando assim relacionado com aquilo a respeito do qual é *eikós*, como o universal com o particular.»¹. Aristóteles opõe, então, um tipo de coisa que acontece a maior parte das vezes ou regularmente - aquilo que se pode afirmar que é regular sem restrições - a outro tipo de coisa que acontece a maior parte das vezes, o *eikós*, e explica que este está, a respeito daquilo que se diz que é *eikós*, na mesma relação do universal com o particular. Por exemplo: o *eikós* (os homens invejosos odeiam – que corresponde a um fato que acontece a maior parte das vezes) está para aquilo que acontece num caso determinado (o caso particular: fulano odeia) como o universal está para o particular. O discurso *eikós* é, então, um discurso que fala da *regularidade possível do mundo dos homens*, quer dizer, que fala de fatos prováveis neste mundo - se for entendido por isto simplesmente fatos que acontecem com uma frequência suficientemente elevada como para levar a acreditar que são fatos normais ou naturais.

Em outro texto, o *eikós* é caracterizado como «uma proposição geralmente admitida (ἔνδοξος), pois aquilo que se sabe que acontece ou que não acontece, que é ou que não é, geralmente ou a maior parte das vezes (ὡς ἐπιτο πολὺ), é nisso que consiste o *eikós*: é, por exemplo, que os invejosos odeiam ou que mostramos nosso afeto às pessoas que

1 *Retórica*, I, 2, 1357 a 34 e sgts. Cf. também II, 25, 1402 b 26-27: “o *eikós* não é o que acontece sempre mas a maior parte das vezes”. Segue-se, neste trabalho, a tradução de John Henry Freese da editora Harvard Univ. Press, 1947. Notemos que aqui Freese optou pela palavra ‘probable’.

amamos.»² Este trecho evidencia que o *eikós* é tanto o discurso que enuncia o estado de coisas quanto o próprio estado de coisas; por um lado, uma «proposição geralmente admitida» (um discurso), e por outro lado, «aquilo que sabemos que acontece a maior parte das vezes» (que corresponde ao fato que acontece a maior parte das vezes: os invejosos odeiam). De maneira que, para Aristóteles, discurso *eikós* é aquele que exprime um fato *eikós*. Assim, poder-se-ia perfeitamente completar, discurso verdadeiro é aquele que exprime um fato verdadeiro.³ Isso quer dizer que se um discurso é verossímil é porque está de acordo com o que realmente acontece a maior parte das vezes em um determinado universo. O discurso *eikós* não é, de forma alguma, independente do estado de coisas. Em outras palavras, se é possível um discurso *eikós*, verossímil, é porque é possível um fato

2 *Primeiros Analíticos*, II, 27, 70 a 4 e sgs. Seguimos aqui a tradução de Hugh Tredennick, M.A., da Editora Harvard Univ. Press, 1955. Tredennick traduz εἰκός por ‘probability’. Parece se fazer evidente aqui uma certa oscilação entre o plano do discurso e o plano dos fatos que, a nosso ver, é a origem das variações nas traduções (e até das interpretações) que, como foi visto, ora traduzem εἰκός por provável ora por verossímil.

3 É controversa a existência de uma concepção ontológica e uma concepção lógica de verdade em Aristóteles. (Confrontar os textos de *Metafísica* E, 4,1027 b 25 e Q, 10). Contudo, nos apoiamos aqui em Pierre Aubenque que defende a coexistência de ambas concepções. Veja-se por exemplo: «No juízo não dizemos simplesmente algo de algo, mas deixamos falar em nós uma certa relação das coisas que existe fora de nós. Aristóteles expressa inequivocamente essa prioridade da relação entre coisas sobre o juízo na qual ela se desvela: «Tu não és branco porque pensamos verdadeiramente que és branco; mas dizemos verdadeiramente que és branco porque tu o és.» (Nota 252: Q, 1051 b 11; cfr. 1051 b 2). A ligação não é, pois, resultado privativo do juízo: se dá nas coisas cujo ser é o de ser juntas ou não ser juntas, e é esse ser-juntas ou não-ser-juntas o que se desvela na verdade do juízo, do mesmo modo que o ser das coisas não compostas desvela-se na verdade da captação enunciativa.» Aubenque, Pierre, *El Problema del Ser en Aristóteles*, Taurus Ed. S. A. Madrid, 1987, pg.162. Considera-se que, assim como é possível falar de discurso e fato verdadeiros, também é possível falar de discurso e fato *eikós*. Não é qualquer fato que é verdadeiro, como não é qualquer fato que é provável. Daí talvez, que assim como não temos dois termos diferentes para discurso e fato verdadeiros, tenhamos o mesmo termo -*eikós*- para discurso verossímil e fato provável.

eikós: aquele que acontece a maior parte das vezes - que neste caso chamamos provável. É verdade, contudo, que o *eikós* é também definido como uma proposição geralmente admitida, o que significa que não é qualquer coisa regular que dá lugar ao *eikós*. Ela precisa, também, fazer parte do universo cultural (ou de crenças) da cidade em questão.

Sabe-se ainda que «uma coisa é mais provável quanto maior o número de casos similares»⁴, que pode ser compreendido da seguinte maneira: a *eikós*-idade (verossimilhança ou probabilidade) da coisa é diretamente proporcional ao número de vezes que esse mesmo tipo de coisa costuma acontecer. Por exemplo, a maior parte das vezes faz calor na canícula. Se o discurso é, de fato, *eikós* é porque enuncia essa regularidade própria do mundo natural. Ou então: «a maior parte das vezes o homem forte bate no homem fraco» é um discurso *eikós* porque reflete a regularidade própria do mundo humano, ainda que, neste caso, uma escolha humana possa mudar essa regularidade, o que permite, como se verá, o *eikós* relativo. Essas afirmações podem ser feitas porque, de fato, é isso que costuma acontecer - tanto quando o evento faz parte do mundo natural como quando faz parte do mundo humano. E, quanto maior seja a frequência desses fatos mas prováveis eles serão e mais verossímil será o discurso a seu respeito.

Da mesma maneira, discurso não-verossímil seria aquele que enunciasse um estado de coisas que não fosse provável. Daí a afirmação de Aristóteles na *Poética*: «tanto na representação dos caracteres como no entrecho das ações, importa procurar sempre a verossimilhança e a necessidade; por isso as palavras e os atos de uma personagem de cer-

⁴ *Retórica*, II, 25,1403a1.

to caráter devem justificar-se por sua verossimilhança e necessidade, tal como nos mitos os sucessos de ação para ação.»⁵ Em outros termos, para ser convincente, o bom poeta deve conhecer o necessário e o verossímil, os universais próprios de cada gênero de coisas: as que não dependem do homem e as que dependem do homem. A razão disto está em outro texto da *Retórica*: «só acreditamos [no sentido de que só nos deixamos convencer] no que é ou no que é provável (τὰ ὄντα ἢ τὰ εἰκότα)»⁶, isto é, assim como o discurso verdadeiro é digno de ser acreditado por dizer o que é, o discurso verossímil também, já que enuncia aquilo que acontece a maior parte das vezes, - isto é, o universal possível na cidade.

É verdade que quando se trata do mundo humano essa regularidade tem a peculiaridade de não ser única, mas ela sempre será única para um auditório determinado e palavras verossímeis serão aquelas que correspondam à regularidade própria do universo político ao qual pertence aquele auditório particular. Segundo Aristóteles na *Metafísica*, “as audições dependem dos hábitos. Com efeito, naquela maneira em que estamos habituados, assim julgamos que se nos deve falar, e tudo o que for fora disto já não nos parece o mesmo e, por desusado, torna-se-nos mais obscuro e estranho; o habitual é, pois, o mais conhecido. E qual força tenha o hábito, mostram-no as leis, nas quais o fabuloso e o pueril têm, pela virtude do hábito, maior poder do que o conhecimento das mesmas.”⁷

Caberia perguntar, também, se o *eikós* não dirá respeito unica-

5 Aristóteles, *Poética*, XV, 1454 a 28 e sgts. in: Coleção “Os Pensadores”, ed. Abril, São Paulo, 1979.

6 *Retórica*, II, xxiii, 22, 1400 a 7-8.

7 Aristóteles, *Metafísica*, II, iii, 994 b 33-995 a 9.

mente ao domínio das coisas humanas. Todavia, na medida em que o *eikós* não é próprio, unicamente, do plano do discurso mas, também, do plano das coisas que de fato acontecem, nada impede que as coisas que acontecem no domínio da natureza sejam também *eikós*, na medida em que também acontecem regularmente. E o mesmo poderia ser dito do discurso que fala dessas coisas. Contudo, o que é peculiar deste domínio é que a sua regularidade é tal que para ela em nada concorre o homem enquanto ser racional. Ou seja, a regularidade do mundo natural é indiferente ao homem na sua especificidade, mas é essa especificidade que fará possível o *eikós* relativo, como se verá a seguir.

O *eikós* relativo

Para poder compreender em que consiste essa especificidade deve-se tratar agora de outro texto de Aristóteles sobre o *eikós*. No livro II da *Retórica*, ao se ocupar dos diferentes tipos de falácias ele trata do entimema aparente e o define como «aquele que pode resultar daquilo que não é absolutamente verossímil mas sim [é verossímil] em casos particulares.»⁸ Aqui, Aristóteles faz uma analogia com o silogismo aparente que acabou de definir como «aquele que resulta de considerar uma coisa primeiro absolutamente, e em seguida não absolutamente, mas somente num caso particular»⁹. Para compreender o sentido dessas definições vejamos os exemplos que o próprio Aristóteles proporciona: «em *Dialética*, se argu-

⁸ *Retórica*, II, 24, 1402 a 10-11.

⁹ *Ibid.* 1402 a 12-15.

menta que aquilo que não é *é*, pois aquilo que não é *é* aquilo que não é; também, que o desconhecido pode ser conhecido, pois pode ser conhecido do desconhecido que é desconhecido.» Em outros termos, segundo a definição dada anteriormente, o silogismo aparente se dá quando dizemos que aquilo que não é – absolutamente - enquanto é desconhecido – em um caso particular - *é*; e assim por diante.

Vimos que o *eikós*, enquanto discurso, é o enunciado *endóxico* que enuncia um evento que acontece a maior parte das vezes, assim como também é o próprio evento enquanto aquilo-que-acontece-a-maior-parte-das-vezes. Quer dizer, se esse enunciado é verossímil é porque ele enuncia a opinião dos homens ao testemunhar um evento provável, que pode ser tanto natural quanto social. Essa opinião está de acordo, então, com um estado de coisas que corresponde à regularidade de um determinado domínio. De maneira que, toda vez que um enunciado enuncie um evento que está de acordo com essa regularidade - um evento provável - teremos um enunciado verossímil. Sendo assim, eles - enunciado e evento - só serão *eikós* na medida em que de fato correspondam, ou façam parte, dessa regularidade. Porém, diz Aristóteles, é possível fazer com que um enunciado que não é absolutamente verossímil *pareça* tal e a este chama de verossímil relativo. Vimos que o entimema aparente surgia a partir de um discurso que não era absolutamente verossímil mas somente num caso particular. Ora, para que um enunciado seja absolutamente verossímil ele terá que estar de acordo, como acabamos de dizer, com uma certa regularidade, e esta não precisará ser especificada se for aquela na qual todos estão

pensando, por exemplo, se se estiver em Esparta, não será necessário dizer que aqui os escravos usam o cabelo curto.

Toda vez que uma argumentação retórica que pretenda utilizar um enunciado que só é verossímil relativamente a uma regularidade particular *como se fosse* absolutamente tal, a própria argumentação deverá esclarecer qual é esse novo quadro de referências no qual seria possível inserir esse fato provável fundamento do pretendido discurso verossímil. Assim, um espartano diria: considerando que em Atenas os homens livres usam o cabelo curto e que Sócrates é ateniense, como ele tem o cabelo curto é verossímil que ele seja um homem livre.

Em outras palavras, se o caso do entimema aparente for de alguma maneira análogo ao caso do silogismo aparente, a condição para identificar o entimema aparente deverá ser a identificação de uma certa regularidade *aparente*¹⁰ - uma regularidade que só é tal *em um contexto particular* (o quadro de referências). E a condição para que seja *possível* a regularidade aparente não poderá ser outra a não ser a *indeterminação* do domínio onde essa regularidade se dá. Pois bem, no domínio da *physis*, as coisas que geralmente acontecem obedecem uma regularidade *única*, que *não pode ser outra* diferente daquela que é (ou, em outros termos o

10 Regularidade aparente seria, como dissemos, aquela na qual não estávamos pensando naturalmente porque não é a que nos é familiar. Fazendo referência ao texto de Aristóteles que estamos comentando, a regularidade absoluta seria aquela em cujo quadro de referências o homem forte bate no fraco; enquanto a regularidade aparente seria aquela na qual não pensaríamos naturalmente, quer dizer: aquela em cujo quadro de referências o homem forte quase nunca bate no homem fraco *porque sabe que será o primeiro suspeito*. (Cf. 1402 a 22-25) Um outro tipo de regularidade aparente seria aquela que a constituição dos citas estabelece, se nós formos espartanos. Porém, para os citas, essa regularidade é absoluta e nada tem de aparente. (Cf. *Ética a Nicômaco* III, 3, 1112 a 28.) No exemplo que se acabou de ver, regularidade aparente é, para o espartano, a regularidade ateniense.

quadro de referências não pode mudar). As coisas da *physis* não são necessárias, - ao menos não as do mundo sub-lunar - mas a regularidade que nela impera é uma, quer dizer, só pode ser essa e não qualquer outra. Se neste domínio não é possível deliberar, muito menos será possível o *eikós* relativo. Poder-se-ia dizer que a *physis* não é um quadro de referências adequado às exigências do *eikós* relativo. Neste contexto, o que foge a esta regularidade é o acidental.

Não é assim no domínio das coisas humanas, aquele que permite o verossímil relativo - que corresponde a uma probabilidade particular, que se dá em determinadas circunstâncias. Neste, a regularidade não só não é única como pode sempre ser diferente do que ela é. Por exemplo, quando se trata da equidade, a regularidade própria das leis nem sempre permite julgar de forma justa. Isto porque sempre é possível que um caso particular não possa ser julgado com justiça pelas leis, (que são sempre gerais), de forma equitativa. Neste caso, corresponde ao homem equitativo levar em consideração, em lugar da lei, a intenção do legislador. E, para isso, é necessário julgar o fato de um ponto de vista (ou num quadro de referências) que a lei não poderia ter considerado.

Também as ações de um homem justo, ou melhor ainda, equitativo, nem sempre obedecem as leis e isto é possível - diferentemente do que acontece com os fenômenos naturais - porque o homem, sendo potência de contrários, pode agir a qualquer momento de forma contrária àquela que havia sido educado a agir. É esta possibilidade sempre presente que constitui o *fundamento ontológico* do verossímil relativo, na medida

em que o homem, enquanto potência racional, é princípio de ações que podem, no plano político, instituir tanto uma regularidade quanto outra e, na medida em que no plano individual, o resultado da escolha é, em princípio, sempre indeterminado. Não fosse essa possibilidade, o verossímil relativo seria vão, simplesmente falso e, sobretudo inútil, um discurso vazio porque seria um discurso *sem referência* que a ninguém poderia vencer. Se o verossímil relativo *pode* ser discurso, é precisamente porque no domínio humano as coisas acontecem *também*¹¹ - como diz Aristóteles - contrariamente ao verossímil. O que, em outras palavras, significa que neste domínio é possível explicar *um mesmo fato* por mais de um entimema verossímil.¹²

O verossímil absoluto estabelece aquilo que normalmente (ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ) Sócrates faria. Já o verossímil relativo estabelece aquilo que ele faria em circunstâncias particulares, contrariamente ao esperado. Assim, por exemplo, é absolutamente verossímil que, geralmente (ou em circunstâncias normais) o capitão do navio não jogue a carga ao mar. Contudo, é verossímil que, quando houver uma tormenta que ameace a vida dos passageiros, *relativamente a essas circunstâncias particulares*, o capitão escolha e decida jogar a carga ao mar com a finalidade de salvar essas vidas. No mesmo caso, se o capitão for a julgamento, um juiz equitativo, ainda tendo a lei do seu lado, não o condenará, porque ele saberá discrimi-

11 Cf. Retórica, II, 24, 1402 a 11 e sgts,

12 Vale a pena insistir em que tanto o verossímil absoluto quanto o relativo estão baseados em possibilidades reais, o primeiro naquele tipo de fato que é absolutamente provável, o segundo num fato só provável em *circunstâncias particulares*, mas nem por isso não-provável; só foi necessária uma escolha humana para torná-lo provável nas circunstâncias particulares em que se deu.

nar entre o que é justo em absoluto e o que é justo nesta situação particular.

É verdade que está vedado argumentar pelo verossímil relativo em *toda* a extensão do domínio onde a regularidade é a marca dos seus objetos - quer dizer, em todo o domínio das coisas que acontecem a maior parte das vezes. Em uma parte dele a regularidade independe de nós, e assim como só deliberamos sobre as coisas que dependem de nós, também só podemos convencer acerca dessas mesmas coisas e, o entimema tem essa função¹³. Estas são de uma maneira, mas poderiam ser diferentes do que são se nós somente *escolhermos* que sejam.

Não está vedado o argumento pelo verossímil absoluto, com relação ao domínio da natureza, na medida em que aquele reflete uma certa regularidade e ela de fato existe nesse domínio mas, o domínio da natureza não é o específico da verossimilhança; neste caso, é como se esse tipo de argumentação fosse supérfluo. Em outras palavras, nunca seria possível neste domínio estabelecer um verossímil relativo; na medida em que o homem não pode interferir nesse domínio. Pode-se dizer que dadas certas circunstâncias - há nuvens - é verossímil que chova. Isso é verossímil absolutamente, quer dizer, está de acordo com a regularidade imperante no domínio das coisas naturais mas, nunca se poderia estabelecer aqui um verossímil relativo que postulasse a possibilidade da chuva na ausência de nuvens, porque isso é impossível¹⁴. Enquanto no domínio humano, único domínio onde é permitido argumentar pelo verossímil relativo, sempre

13 Cf. Ryan, Eugene E., *Aristotle's Theory of Rhetorical Argumentation*, Les Éditions Bellarmin, Montréal, 1984.

14 Como podemos inferir de II,19, 1393 a 7-9: «se todos os antecedentes aconteceram, por exemplo, se o céu está nublado, provavelmente choverá».

será legítimo mostrar que essa impossibilidade não é absoluta, sendo necessário somente para prová-lo, mostrar que uma *decisão humana* pode ter introduzido uma *outra regularidade* diferente daquela na qual estávamos pensando e, juntamente com ela, uma *outra possibilidade* diferente daquela que estávamos considerando¹⁵.

Sobre o fundamento do eikós relativo

Assim, no domínio das potências racionais são sempre possíveis, pelo menos, dois mundos opostos cuja origem está em duas escolhas opostas. Em outras palavras, toda vez que o homem escolhe - tanto individual quanto coletivamente - um determinado curso de ação, ele dá origem a um estado de coisas que antes de sua escolha era indeterminado. É verdade que uma vez a escolha feita seguem-se naturalmente eventos acordes a essa escolha, o que quer dizer que, quando se trata do caso do homem estar agindo coletivamente, se tem a partir daí estabelecida uma ordem de coisas que instaura uma regularidade particular.

Contudo, se bem é verdade que essa ordem não é necessária, o que é aleatório é o fato de essa ordem existir em lugar de outra - na medida em que seu princípio foi uma decisão humana e poderia ter sido outra. Mas, uma vez instaurada, instaura-se, ao mesmo tempo, uma regularidade que lhe é própria e que passa a se comportar *como se fosse* necessária. É por isso que, como foi visto, Aristóteles afirma que o provável é aquilo que, no 15 Já que este tipo de regularidade é o da regularidade das segundas naturezas - como as chama Aristóteles - e estas são resultado da educação. Vale a pena lembrar que 'possível', neste contexto, significa, como foi visto, o que depende do homem fazer ou não fazer.

domínio das coisas que podem ser de outra maneira - e as ações humanas que são o objeto de nossa deliberação são tais¹⁶ - se comporta como o universal no domínio do necessário. Em outra passagem da *Retórica*, ao tratar do uso das máximas, que podem perfeitamente serem pensadas como discurso verossímil, ele diz: «uma máxima é um enunciado que não se refere ao particular, como, por exemplo, que tipo de homem era Ificrates, mas ao universal; nem se refere ao universal em toda sua extensão, como por exemplo, que o reto é o oposto do curvo, *mas aos objetos da ação humana, e ao que deve ser escolhido ou evitado com relação a ela*»¹⁷.

Como se vê, Aristóteles indica aqui *dois* domínios do universal, aquele das coisas necessárias - do reto e do curvo - e aquele das coisas que podem ser de outra maneira e que têm a ver com a ação humana. Em outro texto, declara explicitamente, a existência do último tipo de universal. Ao falar da diferença entre o poeta e o historiador, na *Poética*, afirma: «não corresponde ao poeta dizer o que aconteceu e sim o que poderia acontecer, isto é, o possível segundo a verossimilhança ou a necessidade (τὰ δυνατὰ κατὰ τὸ εἶκος ἢ κατὰ τὸ ἀναγκαιόν)¹⁸. Com efeito, o historiador e o poeta não se diferenciam por dizer as coisas em verso ou em prosa...; a diferença está no fato de que um diz o que aconteceu, e o outro, o que poderia acontecer [o possível]. Por isso também a poesia é mais filosófica e elevada que a história pois a poesia diz o universal, e a história, o particular. *É universal a que tipo de homens lhes ocorre dizer ou fazer*

16 *Retórica*, I, 2, 1357 a 32 e sgts.

17 *Poética*, IX, 1451 a 38, Grifo nosso.

41a *Ibid.*, IX, 1451 b 9-11. Grifo nosso.

18 Cf. nota 17 (fim).

*tais ou quais coisas verossímil ou necessariamente...» (λεγειν η πρα-
τειν κατὰ το εικος η το αναγκαιον).* O bom poeta precisa, então, conhecer tanto o possível segundo a verossimilhança quanto o possível segundo a necessidade; ou seja, o que de fato os homens podem fazer e falar segundo essas duas categorias. É claro aquilo que os homens podem fazer de acordo com o necessário. (Eles, por exemplo, podem andar mas não podem voar.) E, como vimos, o que os homens podem fazer (ou falar) de acordo com o verossímil será tudo aquilo que a regularidade do mundo (político) no qual vivem permita fazer (ou falar) mas, também, sendo os homens potências racionais, tudo aquilo que esteja no seu poder fazer ou não fazer - ainda que aqui, é verdade, ele instaure uma outra regularidade e uma outra universalidade. Tanto o bom poeta quanto o bom retórico precisam conhecer o possível para poderem construir suas obras artisticamente; por isso Aristóteles afirma que «nenhum espartano delibera sobre a melhor constituição para os citas»¹⁹, pois delibera sobre o possível e não faz parte do mundo político do espartano a regularidade própria do mundo dos citas.

Voltando à questão da possibilidade da multiplicidade de regularidades no domínio humano, vale a pena lembrar que o objeto da escolha,

19 III, 3, 1113 a 2 e sgts. Vale a pena citar o que segue na medida em que se relaciona diretamente com o que acabamos de expor. Aristóteles continua: «salvo estar o objeto da escolha já determinado, já que aquilo por que nos decidimos em resultado da deliberação é o objeto da escolha. Efetivamente, todos cessam de indagar como devem agir depois que fizeram voltar o princípio motor a si mesmos, e à parte dirigente de si mesmos, pois é essa que escolhe. Isso se pode ver também nas antigas constituições tais como nos mostra Homero, onde os reis anunciavam ao povo o que haviam escolhido.» Vale a pena notar também que aquilo que escolhemos é «princípio motor» de uma ordem de coisas no domínio dos *acontecimentos* deste mundo e é, ao mesmo tempo, aquilo sobre o qual deliberamos: domínio dos *discursos* possíveis sobre este mundo.

princípio dessa multiplicidade, é também aquilo sobre o qual se delibera. «É a mesma coisa - diz Aristóteles - aquela sobre a qual deliberamos e a que escolhemos»²⁰. E, como foi visto, a possibilidade da escolha revela a falta de determinação neste domínio. Por isso, «delibera-se a respeito das coisas que acontecem a maior parte das vezes, mas cujo resultado é obscuro (ἀδήλοις), e daquelas em que este é indeterminado» (ἀδιόριστον)²¹, afirmação que revela que se estava no caminho certo quando se afirmava que existe um domínio de coisas regulares que é diferente daquele da natureza. A obscuridade e a indeterminação são, ao contrário, características comuns ao acaso e à ação humana²².

São esses os traços que legitimam o verossímil relativo. Foi visto que o entimema aparente, que se baseia nele, é «aquele que pode resultar daquilo que não é absolutamente verossímil mas, sim, em casos particulares», isto é, o verossímil pode ter duas modalidades. Uma, o verossímil absoluto, que está de acordo com as expectativas «normais», aquelas com as quais se está acostumado; como quando é verossímil que um homem forte tenha agredido alguém. E a outra, o verossímil relativo, que insere o fato acontecido em coordenadas diferentes daquelas nas quais se teria pensado naturalmente, por exemplo, leva em consideração o fato da naturalidade de levantar suspeita que um homem forte tenha batido em um fraco, e declara que esse mesmo fato torna inverossímil que o homem

20 III, 3, 1112 b 8-9. Grifo nosso.

21 Com relação ao acaso ver *Física*, 197 a 9-10.

22 Francis Wolff o explica assim: «se X é tão verossimilmente culpável, é verossimilmente inocente, pois ele sabia muito bem que as verossimilhanças estavam contra ele.» E Wolff chama este tipo de verossímil de «verossímil de segundo grau.» (artigo a ser publicado na revista *Hermes*: Trois modes d'argumentation dans la Grèce classique)

forte seja culpado²³.

Este verossímil relativo, que Wolff chama de «verossímil de segundo grau», não é possível no domínio da natureza embora aqui também se tenha a possibilidade de algo ser diferente do que acontece a maior parte das vezes. Contudo, aquilo que acontece de forma contrária ao que acontece a maior parte das vezes - que pode ser considerado um erro da natureza²⁴ - constitui, neste caso, o acidental: τὸ συμβεβηκός.²⁵ E o acidental não é o que se insere numa outra regularidade diferente daquela que está de acordo com as nossas expectativas, o acidental, ao contrário, é aquilo que escapa à única regularidade possível.

Não é o caso do *eikós* relativo: «aquilo que é contrário ao *eikós* contudo acontece, de maneira que aquilo que é não-*eikós* é *eikós*» Como entender que aquilo que seja não-verossímil seja verossímil - ou então, que aquilo que não seja provável, seja provável? Seria como dizer que o que não acontece a maior parte das vezes, acontece a maior parte das vezes.

No caso da natureza, aquilo que é contrário ao que acontece regularmente é denominado por Aristóteles de acidental e, o que faz sua especificidade é precisamente o fato de não se inserir na regularidade própria - e única - deste domínio. No caso do não-*eikós*, este também é contrário àquilo que costuma acontecer num determinado domínio. Todavia, segundo Aristóteles, poderia ao mesmo tempo ser *eikós* - relativamente a *outro*

23 *Física*, II,8, 199a 33 e sgts.

24 Cf. *Metafísica*, XI, 8, 1064 b 15 e sgts., particularmente a partir de 1064 b 33.

25 Como vimos, a especificidade deste domínio faz com que mais de uma regularidade seja possível pois o «princípio motor» que a origina é o homem e este é potência de contrários.

contexto: outra cidade, outros costumes, outras circunstâncias ou outras pessoas.

Não se pode pensar o verossímil relativo como o acidental, já que afinal, esse não é contrário a todo e qualquer tipo de regularidade e sim somente àquela à qual se está acostumado. O verossímil relativo apresenta um fato que normalmente pareceria de uma forma - na medida em que estaria inserido em uma certa regularidade - como exatamente o contrário do que parece – inserindo-o em uma *outra* regularidade. Assim, se *x* parecia culpável no quadro de expectativas ao qual se está acostumado, considerado de um outro ponto de vista, quer dizer, em relação a *uma outra forma de regularidade*, ele parece inocente. E então dizemos que é verossímil que ele seja inocente. Contudo, adverte Aristóteles, isto é verossímil relativo, não absoluto. O que dá origem a um entimema aparente não é partir do verossímil relativo e, sim, apresentá-lo como absoluto, quer dizer, omitir *em quais circunstâncias* é verossímil.

Voltando ao exemplo que se estava considerando, é verossímil – absolutamente - que o homem forte tenha batido no fraco pois, de acordo com aquilo que se está acostumado a presenciar, é isso que geralmente acontece. Está de acordo com a regularidade do domínio no qual se vive que as coisas aconteçam dessa maneira. Contudo, se poderia perfeitamente considerar esse mesmo fato como fazendo parte de uma outra regularidade: aquela na qual os homens fortes soubessem que facilmente se tornariam suspeitos. E assim, o que geralmente acontece - *nestas circunstâncias peculiares, que nunca deveriam ser omitidas* - é que eles evitam

bater em homens fracos.

De maneira que o que constituirá o verossímil relativo será a omissão das circunstâncias e não a impossibilidade de ser verossímil que as coisas aconteçam de outra maneira. E isso porque foi instaurada, pela escolha humana, uma segunda forma de regularidade: aquela na qual os homens fortes *escolheram* não atacar os fracos. Isso significa dizer que o «verossímil de segundo grau» é possível e a condição de possibilidade desse tipo de verossímil é a especificidade do domínio humano da qual tratamos anteriormente²⁶.

Compreende-se, agora, porque é possível afirmar que o que é não-*-eikós é eikós* - e não accidental, como no caso da *physis*. Isso, de fato, é possível, já que um determinado evento pode não ser verossímil em um dado contexto – talvez aquele no qual se pensaria primeiro - e ser, porém, perfeitamente verossímil em um outro - aquele no qual se pensaria por influência de um orador hábil. Entretanto, isto só é legítimo, mais uma vez, porque se está no domínio das coisas humanas, daquelas que podem ser sempre de outra maneira, porque ao agir, o homem instaura pela sua escolha um tipo de regularidade que nada tem de necessária. Por isso, ao falar da prova ética na *Retórica*, Aristóteles afirma que as demonstrações são estabelecidas em base não só ao argumento demonstrativo mas também ao argumento ético, de maneira que «devemos estar acostumados com os caracteres de cada tipo de governo, pois com relação a cada um, o caráter mais convincente será o que é característico dele».

26 *Retórica*, I, 8, 1366 a 8-14. Cf. 5-7: “é claro que devemos distinguir os caracteres, costumes e interesses de cada tipo de governo, pois é com relação a isto que os homens escolhem”.

Conclusão

A investigação sobre o *eikós* relativo levou a constatar que se bem é verdade que, por um lado, o domínio dos homens que vivem na comunidade política se comporte com uma certa regularidade, por outro lado, essa regularidade não é única, o que teria como consequência a possibilidade legítima de convencer do falso.

Ao mesmo tempo, a constatação da possibilidade da multiplicidade de regularidades no domínio do humano pode ser útil para a reflexão sobre a questão ética e a questão política e, portanto, também para uma melhor compreensão dos discursos aristotélicos sobre esses temas. Em outros termos, o entendimento da peculiaridade do discurso próprio do universo político pode ter a virtude de permitir uma aproximação mais genuína desse universo. O que, como queria Aristóteles, implica na possibilidade do discurso retórico permitir estabelecer a verdade e a justiça próprias do contexto político.

Referências Bibliográficas

Ana Maria Yamin